



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 24/09/13
Assessoria do Plenário
M 13/13

RQ 2786 /2013
REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS 02/10/13
HORA: 10h LOCAL: PL
Fluxo 11579-44
23/9/2013

Requer a realização de audiência pública para o dia 02 de outubro de 2013 para debater sobre a lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos arts. 85 e 239 a 241 do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública no plenário desta Casa, para debater sobre a lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011, em 02 de outubro de 2013, às 10 horas, no plenário desta Casa..

JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 2786/2013
Folha Nº 01-uf

A lei nº 4.636 de 23 de agosto de 2011 institui mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal.

A referida lei, proveniente do Projeto de Lei nº 218/2011, de minha autoria, tem por objetivo combater a inadimplência dos direitos dos trabalhadores terceirizados. A intensa prática da terceirização gera problemas pela utilização indiscriminada de contratos de terceirização por parte de administradores públicos, para a cooptação de mão-de-obra em atividades finalísticas dos órgãos, burlando a garantia do concurso público. Ainda durante o contrato, as empresas contratadas deixavam de pagar os direitos laborais devidos por lei a seus empregados, abandonando os trabalhadores a própria sorte. A entidade pública se via obrigada a pagar esses direitos, dessa forma pagava-se duas vezes pelo mesmo serviço: primeiro, ao efetuar o pagamento das faturas à empresa; segundo, ao quitar na Justiça, os direitos por ela inadimplidos.

A lei cria condições para impedir o descumprimento de direitos trabalhistas já assegurados, e ainda, condições que reforçam o dever de zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservam o patrimônio público. Esta norma, representa um avanço significativo nas práticas administrativas que buscam a garantia do interesse público e do bem comum.

Diante do exposto, em defesa dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal e em defesa do patrimônio, solicito o apoio de todos os Parlamentares para a realização dessa audiência pública.

ANEXO: REQUERIMENTO 2786/2013
Assessoria do Plenário

Sala das sessões, em 18 de setembro de 2013.

Setor Protocolo Legislativo
P.R. Nº 2786/2013
Folha Nº 02-uf

Deputado Chico Vigilante

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Agaciel Maia

Deputado Aylton Gomes

Deputado Benedito Domingos

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Christiano Araújo

Deputado Dr. Michel

Deputada Eliana Pedrosa

Deputado Evandro Garla

Deputado Israel Batista

Deputado Joe Valle

Deputada Liliane Roriz

Deputada Luzia de Paula

Deputado Olair Francisco

Deputado Patrício

Deputado Raad Massouh

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rôney Nemer

Deputado Washington Mesquita

Deputado Wasny de Roure

Deputado Wellington Luiz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuição para inclusão em ordem do dia.

Em, 25/09/2013


ITAMAR PINHEIRO LIMA
Chefe da Assessoria
Mat. 10.694

Setor Protocolo Legislativo
RG Nº 2786, 2013
Folha Nº 03-4p